

# NOVAS RELAÇÕES PROFESSOR- ESTUDANTE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM TEMPOS DE PANDEMIA

## NEW RELATIONS TEACHER-STUDENT IN TEACHING AND LEARNING PROCESS IN PANDEMIC TIMES

Érika Christina Kohle **1**  
Stela Miller **2**  
Cleber Barbosa da Silva Clarindo **3**

**Resumo:** Este artigo objetiva discutir as novas relações entre os participantes do processo de ensino e de aprendizagem dos escolares no ensino remoto, imposto pela necessidade de isolamento social acarretado pela chegada da Covid-19 em nosso país, apresentando dados sobre o trabalho remoto em duas escolas do município de Marília-SP, uma da Rede Municipal e outra da Rede Estadual de Ensino. Os dados revelaram que as desigualdades sociais em tempos de crise ficam mais acentuadas, dadas as diferenças no acesso às tecnologias utilizadas para o encaminhamento do processo de ensino-aprendizagem. Outro dado relevante foi o valor dado pelos familiares dos escolares aos professores como atores fundamentais na condução desse processo, propiciando aos escolares a possibilidade de apropriação dos conhecimentos, e, conseqüentemente, de desenvolvimento das capacidades cognitivas de seus filhos e/ou tutelados.

**Palavras-chave:** Educação. Ensino. Aprendizagem. Pandemia de Covid-19. Ensino Remoto.

**Abstract:** This article aims to discuss the new relationships established among the main actors of teaching and learning process in remote education, imposed by the need for social isolation brought about by the arrival of Covid-19 in our country, presenting data on remote work in two schools in the municipality of Marília-SP, one from the Municipal System and another from the State Education System. The data revealed that social inequalities in times of crisis are more accentuated, given the differences in access to the technologies used to guide the teaching-learning process. Another relevant fact was the value given by the students' family members to the teachers as fundamental actors in conducting this process, providing the students with the possibility of appropriating knowledge, and, consequently, of developing the cognitive abilities of their children and/or tutors.

**Keywords:** Education. Teaching. Learning. Covid-19 Pandemic. Remote Teaching.

---

Mestre em Educação - Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" (UNESP). Marília, SP - Brasil. Doutoranda em Educação - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) - Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. Marília, SP - Brasil.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6585951989950443>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0907-4420>.  
E-mail: [erika.kohle@unesp.br](mailto:erika.kohle@unesp.br) **1**

Doutora em Ensino na Educação Brasileira - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Marília, SP - Brasil. Professora Assistente Doutora Aposentada - Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp - Marília, SP- Brasil. Professora voluntária - Programa de Pós-Graduação em Educação na mesma Instituição.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7362617812598258>.  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3521-9526>.  
E-mail: [stelamillercel@gmail.com](mailto:stelamillercel@gmail.com) **2**

Doutor em Educação - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) - Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, SP. Marília, SP - Brasil. Mestre em Educação - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP). Marília, SP - Brasil.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2116477097965026>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2668-2068>.  
E-mail: [cleber\\_clarindo@hotmail.com](mailto:cleber_clarindo@hotmail.com) **3**

## Introdução

De forma um tanto abrupta, o mundo viu-se, de repente, assombrado com a chegada da Covid-19, causada pelo novo Coronavírus, o SARS-Cov2, inicialmente detectado em Wuhan, na China, no dia 31 de dezembro de 2019. Apesar de sua origem ser ainda desconhecida, esse vírus é um subtipo do vírus corona que passou por mutações, desde epidemias prévias como a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), na Ásia, e a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS) (CDC, 2020) e, diferentemente dos demais, é altamente contagioso. Possivelmente a partir de Wuhan, os contágios foram se espalhando por todos os países de todos os continentes a tal ponto que, em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou o surto dessa doença como pandemia. (PEBMED – PORTAL, 2020).

Nesse momento, o Brasil já contava com alguns casos da doença em alguns de seus grandes centros urbanos, em função da movimentação dessas pessoas por diversos países, principalmente Estados Unidos, China e alguns países da Europa. O primeiro caso detectado aconteceu em 5 de março, na cidade de São Paulo e o primeiro óbito, na mesma cidade, em 12 de março, sendo vítima uma mulher de 57 anos, internada no Hospital Municipal Dr. Carmino Caricchio, no dia anterior. (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

A partir de então, muitas atividades dos mais diferentes campos de trabalho foram paralisadas, e as pessoas tiveram suas possibilidades de movimentação restringidas: distanciamento e isolamento social foram as duas medidas mais drásticas tomadas para conter a disseminação do vírus em um nível muito alto. Essas medidas impactaram a vida da população em diversos setores, inclusive na educação. Escolas, universidades e creches tiveram suas atividades suspensas atingindo mais de 50 milhões de estudantes e educadores no país.

A escola passou a ser um local de alto risco de contágio tanto das crianças quanto de todos os funcionários da equipe escolar, e, conseqüentemente, de seus familiares, por ser um local de aglomeração em espaços muitas vezes muito reduzido para abrigar um grande contingente de pessoas. Diante desse estado de calamidade pública, a educação escolar, com o respaldo de legislações federais, estaduais e municipais, entrou em quarentena para realizar o distanciamento social e evitar a disseminação da doença entre os membros da comunidade escolar.

No dia 13 de março de 2020, o Governador do Estado de São Paulo, João Agripino Doria, anunciou, como medida de controle da COVID-19, a paralisação das aulas presenciais a partir 16 de março, de forma gradual, para que as escolas, permanecendo abertas por uma semana, de 16 a 23 de março, pudessem informar aos pais, alunos e responsáveis, sobre a suspensão das aulas oficializada pelo Decreto nº 64.862, de 13 de março de 2020, alterado pelo Decreto nº 64.864, de 16/3/2020. Essa foi uma ação indispensável para colaborar com a diminuição da transmissão do vírus, pois a escola é um espaço em que o contato próximo entre pessoas é quase inevitável, principalmente entre crianças pequenas, e seria bastante provável a contaminação de grande número de pessoas dadas as relações existentes entre a escola e a família dos estudantes.

As autoridades da área da Saúde, por meio de seus múltiplos estudos, veem na suspensão das atividades escolares uma ação eficaz para colaborar com a diminuição da transmissão do vírus, uma vez que as crianças tanto podem contaminar os colegas na escola e, conseqüentemente, suas famílias, quanto trazer de seus familiares o vírus para seus colegas de escola, como uma via de mão dupla para múltiplas relações de contágio que favorecem essa enfermidade. Muitos desses profissionais da Saúde, decorridos cerca de seis meses de pandemia, preconizavam uma volta cuidadosa e bem controlada dos estudantes às escolas, sempre que houvesse possibilidade de distanciamento, disponibilidade de álcool em gel para todos e desinfecção constante dos ambientes.

Nem todas as escolas, porém, têm condições, não só materiais, mas também de espaço físico e, principalmente, de funcionários que possam dar conta dessa tarefa tão delicada quanto fundamental para a preservação da saúde de estudantes, professores e demais servidores que nelas convivem. Desse ponto de vista, a suspensão das aulas configura-se como uma medida importante para manter o isolamento social e, assim, conter a disseminação do vírus causador da pandemia, evitando que aumentem os casos da enfermidade e também o de

número de óbitos devidos a ela.

Em vista do estado de calamidade pública instalado no país como consequência da pandemia, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, o Governo Federal aprovou a Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante esse período. Por essa lei, as escolas de Educação Básica ficam desobrigadas de cumprir os duzentos dias letivos, exigindo apenas o cumprimento da carga horária mínima de oitocentas horas para o ano de 2020 (BRASIL, 2020b).

Tal medida autoriza, ainda, o ensino a distância, por meio de plataformas digitais na Internet. Diante dessa medida, tanto o Conselho Nacional de Educação quanto os Conselhos Estaduais de Educação emitiram notas que regulamentam o ensino remoto nessa situação emergencial para minimizar as perdas de aprendizagens dos alunos com a suspensão das atividades escolares.

Em adição, por meio da Resolução Seduc, de 18-3-2020, o governo do Estado de São Paulo homologou a deliberação do Conselho Estadual de Educação DELIBERAÇÃO CEE 177/2020 que fixa normas quanto à reorganização dos calendários escolares, devido ao surto global do Coronavírus, para o Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, permitindo a realização das atividades escolares por meio do ensino a distância – EAD - para os alunos da Educação Básica, durante o período de suspensão das aulas causada pela pandemia da Covid-19, bem como a sua regulamentação, garantindo que essas atividades a distância possam ser computadas como dias letivos.

Todas essas medidas foram tomadas, nos diferentes níveis da administração pública, com a finalidade de minimizar as perdas de aprendizagens dos alunos que fatalmente aconteceriam com a suspensão de atividades escolares. Como resultado dessas tomadas de decisões, os sistemas de ensino passaram a produzir aulas como conteúdos e atividades com tutoriais e instruções para serem desenvolvidos pelas crianças com o apoio dos pais, videoaulas, reuniões com transmissão ao vivo, exercícios online, entre outros mecanismos.

Esse breve resumo da situação da pandemia de Covid-19, no Brasil e no estado de São Paulo, objetiva trazer à discussão a questão das transformações das relações entre os participantes do processo de ensino e aprendizagem que, até o momento da chegada do vírus em nosso país, davam-se pela interação direta dos sujeitos da ação educativa na escola e que, no momento da pandemia, passou a acontecer pela via do ensino a distância.

Se, em tempos considerados normais, já tínhamos muitos problemas em relação à formação de nossos educandos, a situação surgida coma pandemia trouxe outros e novos problemas. A necessidade de manutenção dos escolares em atividade no processo de ensino e aprendizagem trouxe desafios não só para eles, como para seus pais, professores e todos os outros profissionais responsáveis pelas ações realizadas na escola para a condução do processo educativo.

Muitas crianças pertencem a famílias que não têm acesso à Internet, ou que não conseguem utilizar plataformas online de ensino; os familiares passam a exercer um novo papel educativo-formativo, passando agora a oferecer às crianças e aos jovens instruções necessárias ao sucesso de suas aprendizagens, o que os obriga a alterar a rotina da casa e providenciar um tempo extra para o estudo conjunto com eles; há também casos em que professores não possuem formação técnica para direcionar processos de ensino em ambientes virtuais.

Esses desafios se ampliam ainda mais ao levarmos em conta que mais de 80% dos brasileiros em idade escolar estão matriculados em escolas da rede pública de ensino e que boa parte deles, além dos desafios educacionais desse contexto de isolamento social, vive em situação de exclusão social, tendo que lutar para que seus direitos básicos sejam garantidos, tais como o direito à vida, à saúde e à moradia.

Nesse contexto, como se dão as relações entre os participantes do processo de ensino e de aprendizagem? O que se altera nessas relações no período da pandemia se comparado com o ensino presencial? É o que discutiremos a seguir.

## Resultados e Discussão

No ano de 2020, aproximadamente na segunda quinzena de março, após pouco menos de um mês e meio do início do ano letivo, levando em conta que o mês de fevereiro é um mês atípico por ser mais curto e considerando ainda que tivemos os feriados do Carnaval, foram totalizadas apenas cinco semanas de aulas presenciais e, na sequência, as escolas foram fechadas, como já anunciamos, por força da pandemia, que não dava mostras de recuo significativo e seguro para se pensar a volta às aulas nas escolas. Pelo contrário, partindo do mês de março, quando o surto se espalhou por todo o país, chegamos ao final do mês de agosto com 121.515 mil mortes (UOL, 2020). Esse momento histórico revestia-se ainda de muita preocupação, pois, nele, o contágio, embora ganhasse estabilidade em alguns estados, continuava em um patamar considerado pelas autoridades da área da Saúde como muito elevado. Até o dia 05 de setembro, de acordo com o Ministério da Saúde, havia 4.137.521 de casos confirmados, 3.317.227 de casos recuperados e 126.650 de óbitos acumulados (BRASIL, 2020a).

Em pleno mês de setembro de 2020, faltando cerca de três meses para a finalização do ano letivo e ainda com esse cenário preocupante da pandemia, vivíamos uma série de inquietações e desafios para a Educação no Brasil, tal como acontecia, também, em outros países. Professores e demais profissionais da escola, bem como pais e responsáveis pelas crianças em idade escolar tentavam garantir o seu direito de acesso à educação formal; cada um, dentro de sua função, tinha a consciência de que a aprendizagem é essencial para elas se desenvolverem como seres humanos que precisam educar-se para compreender o mundo em que vivem e nele agir de forma consciente.

Participar das atividades próprias do processo de ensino-aprendizagem que acontece na escola é fundamental para a apropriação dos conhecimentos científicos e para o desenvolvimento de habilidades, atitudes, valores e capacidades que são parte importante do processo de formação da consciência e da personalidade da criança. Essa atividade escolar, denominada Atividade de Estudo, é a atividade principal que a criança realiza nos anos iniciais do ensino fundamental e que é responsável pelas principais mudanças qualitativas que acontecem em seu psiquismo nesse período. Por meio dela, ocorre o desenvolvimento das capacidades de análise do objeto de estudo, de realização de ações mentais sobre esse objeto e a capacidade de fazer a necessária reflexão sobre os meios de que se serve para a realização de sua atividade.

A Atividade de Estudo, como qualquer outra atividade que realizamos, estrutura-se com base em dois movimentos: um primeiro, que estimula, orienta e dirige o processo da atividade, e um outro que organiza as ações do sujeito. O primeiro movimento diz respeito à área motivacional que regula as ações do sujeito: agimos sempre em função de uma necessidade sentida, de alguma forma de carência a ser satisfeita com determinado objeto material ou imaterial que, quando detectado, transforma-se em um motivo para agir e um objetivo a atingir com essa atividade, sempre nos limites objetivos da situação em que nos encontramos, isto é, dentro das condições materiais objetivas que o meio propicia para a realização da atividade. O segundo movimento diz respeito à parte operacional da atividade: organizamos nosso agir e o concretizamos por meio de ações dirigidas a objetivos e realizadas por meio de operações adequadas às ações e conforme as condições de sua realização.

Com a Atividade de Estudo o que se pretende, na relação do sujeito com o objeto de conhecimento, é não apenas que ele se aproprie do conteúdo desse objeto e desenvolva suas funções cognitivas, mas também que ele se forme, nesse processo, como sujeito autônomo que sabe propor tarefa a si mesmo e encontrar os meios adequados para resolvê-la, desenvolvendo sua capacidade para agir voluntariamente e transformando o conteúdo objetivo da atividade em produto subjetivo, em processo formador de seu psiquismo. O que se deseja, em última instância é a transformação do próprio sujeito dessa atividade.

O ensino presencial, da forma como vem sendo realizado em nossas escolas públicas, atende a esses requisitos de formação da atividade de estudo nos escolares? Nem sempre. Mas ele dispõe de uma característica fundamental para que essa formação aconteça: a possibilidade de estabelecimento de relações intersubjetivas dinâmicas em sala de aula para a discussão de situações-problema a solucionar e trocas de sugestões de como resolvê-las. A

estruturação das atividades em novas bases, que prevejam ações voltadas à análise do objeto de estudo, por meio da realização de ações no plano mental, e reflexão acerca do modo como isso se concretiza ao longo do processo ainda é uma questão a ser pensada de forma mais aprofundada.

Essa característica da atividade presencial reflete uma questão essencial para o entendimento de como aprendemos e desenvolvemos nossas funções psicológicas superiores, que são funções como o raciocínio lógico, a memória e a atenção voluntárias, a formação de conceitos etc., desenvolvidas em nossa relação com o objeto de conhecimento juntamente com outros sujeitos que nos dão o suporte necessário para a realização de uma nova aprendizagem. Vigotski, o mais conhecido representante da Teoria Histórico-Cultural na área da psicologia, ao estudar, na primeira metade do século passado, as relações entre o processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento humano, chegou à constatação de que o intraindividual – tudo aquilo que constitui o conteúdo subjetivo de cada pessoa como individualidade, subjetividade, personalidade – provém do interindividual – conjunto das relações sociais estabelecidas entre os participantes da ação educativa – que se objetivam por meio de processos contínuos de interação entre sujeitos, objetos e instrumentos culturais.

Nessas relações sociais, a ação do “outro”, quando se trata das atividades próprias da escola, pode ser a do professor ou a de um colega mais experiente do que a criança. Quando se considera que uma criança, em seu processo de aprendizagem, tenta realizar uma ação e não consegue fazê-la sozinha, necessitando da ajuda de um sujeito mais experiente, conseguindo com isso realizar essa ação, dizemos que a ação do “outro” atuou nas possibilidades de aprendizagem presentes em sua zona de desenvolvimento proximal (ou próxima, potencial, iminente), definida pela “diferença entre o nível de tarefas realizáveis com o auxílio dos adultos e o nível das tarefas que podem desenvolver-se com uma atividade independente (VIGOTSKII, 1988, p. 112). Dentro desse processo, a criança aprende e se desenvolve, chegando a um novo nível de desenvolvimento em que consegue sozinha realizar as ações que pretende, caracterizando o que chamamos de nível de desenvolvimento real (ou efetivo).

A partir dessa compreensão, fica claro que

[...] a característica essencial da aprendizagem é que engendra a área de desenvolvimento potencial, ou seja, que faz nascer, estimula e ativa na criança um grupo de processos internos de desenvolvimento no âmbito das inter-relações com outros, que, na continuação, são absorvidos pelo curso interior de desenvolvimento e se convertem em aquisições internas da criança. (VIGOTSKII, 1988, p. 115).

E o processo de ensino, organizado pelo professor para conduzir a aprendizagem dos alunos, revela-se fundamental, de vez que, ao aprender, com sua ajuda, a criança se desenvolve, muda qualitativamente o seu psiquismo, não apenas pelos novos conhecimentos adquiridos nesse processo, mas também, e principalmente, pelas transformações que se dão em sua formação como pessoa humana. Como assegura Vigotskii (1988, p. 115), “[...] a aprendizagem é um movimento intrinsecamente necessário e universal para que se desenvolvam na criança essas características humanas não-naturais, mas formadas historicamente”.

Entretanto, como vimos, a aprendizagem só ocorre quando o adulto atua na zona (ou área) de desenvolvimento proximal da criança, onde estão as funções ainda em processo de desenvolvimento. Tendo conhecimento das possibilidades de aprendizagem que estão contidas nessa área, o professor organiza suas ações de ensino de modo a conduzir a criança em sua atividade conjunta, em parceria com o ele próprio e/ou com outras crianças, evitando, com isso, que sua atuação fique aquém do que a criança necessita, repetindo o que elas já sabem, ou propor um ensino muito além das suas possibilidades. Isso porque

[...] toda matéria de ensino exige mais do que a criança pode dar hoje, ou seja, na escola a criança desenvolve uma atividade que a obriga a colocar-se acima de si mesma. Isto sempre se refere a um sadio ensino escolar. [...] Ensinar uma criança o que ela não é capaz de aprender é tão estéril quanto ensiná-la

a fazer o que ela já faz sozinha. (VIGOTSKI, 2001, p. 336-337).

Fica clara, nessa concepção, a natureza mediadora das ações do homem, por meio da linguagem, no processo de aprendizagem das gerações mais novas. Por meio dessas ações, os instrumentos inventados ao longo da história são aprendidos e os processos psicológicos instrumentais mais complexos da cultura formam-se nos sujeitos, em constante interação com adultos ou outros agentes de mediação, que acontece em um determinado nível de desenvolvimento da capacidade potencial de aprendizagem dos sujeitos. Nesse processo, os sujeitos aprendem e se desenvolvem constituindo novas capacidades que lhes permitem maior participação na vida de sua coletividade.

Podemos afirmar, então, que, tanto do ponto de vista do desenvolvimento de cada função psicológica superior, como do ponto de vista do desenvolvimento da personalidade como um todo, “passamos a ser nós mesmos por meio dos outros” (VYGOTSKI, 2000, p. 149). Em outras palavras, “todas as funções psíquicas superiores são relações interiorizadas de ordem social, são o fundamento da estrutura social da personalidade” (VYGOTSKI, 2000, p. 149).

Perguntamos, então: como têm sido estabelecidas as relações entre os participantes do processo de ensino-aprendizagem, do ponto de vista das relações sociais fundamentais para a formação de cada função psicológica em particular e da estrutura geral da personalidade dos escolares, nesse momento em que as escolas se estruturaram por meio do ensino a distância em função dos limites impostos a sua ação educativa pela pandemia?

## **O trabalho em tempos de pandemia em uma escola municipal**

A experiência concretizada em uma escola da rede de educação municipal localizada na Zona Sul da cidade de Marília, no Centro-Oeste Paulista, em que um dos autores deste artigo exerce o cargo de Direção do estabelecimento, embora seja um caso particular, reflete, pelo menos parcialmente, o que de modo geral vem acontecendo nas escolas públicas brasileiras. Nessa rede, que atende aproximadamente dezoito mil alunos dentre os seus duzentos e vinte mil habitantes, as atividades dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental são postadas diariamente em um plataforma on-line. O que se materializa nessas atividades são: 1) instruções para os pais em formato tutorial, típicas dos gêneros prescritivos, com grande predominância do modo verbal imperativo-afirmativo; 2) páginas de livro didático enviado pelo governo federal que são digitalizadas contendo instruções para a realização de ações de estudo.

Além do foco das atividades recaírem especificamente na aquisição dos conteúdos escolares, não há a possibilidade de que elas sejam resolvidas pelas crianças diretamente na plataforma, para serem corrigidas pelos professores de imediato, uma vez que esse formato não permite que haja essa troca fundamental entre professor e estudantes. O máximo de interação que se possibilita às famílias e às próprias crianças é promovido pelo chat de dúvidas – com a presença do professor durante uma hora e meia diariamente – e pelo envio de fotos das atividades respondidas no caderno via aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones, apenas em alguns casos, porque parte considerável de professores não aderiu à formação de grupos nesses aplicativos com as famílias de seus alunos.

As relações entre quem ensina e quem aprende transformaram-se radicalmente e não atingem o nível de intervenção necessário para que a ação docente atue sobre as possibilidades de aprendizagem dos escolares. A comunicação pela linguagem fica prejudicada; as interações reduzem-se a curtas trocas de mensagens escritas ou gravadas; perde-se o elo afetivo que une as pessoas quando discutem um assunto ou tratam de questões referentes ao enfrentamento de problemas de ordem emocional, quer vinculados ao relacionamento familiar quer escolar.

Há, portanto, uma relação intrínseca entre o ensino, a apropriação ou assimilação de conhecimentos e a comunicação:

[...] Porquanto a assimilação é o domínio, pela criança, da experiência socialmente elaborada, sempre transcorre, no início, no curso da colaboração com outra pessoa, na atividade conjunta e na comunicação com essa pessoa. Nelas se realiza a transmissão à criança de um ou outro procedimento de

assimilação da realidade ou do tipo de relação de relação com a realidade (DAVÍDOV; MÁRKOVA, 1987, p. 323).

Quando falamos em assimilação (ou apropriação) da experiência socialmente elaborada, queremos com isso dizer que ela

[...] não é a adaptação passiva do indivíduo às condições existentes da vida social, não é a simples cópia da experiência social, mas que representa o resultado da atividade do indivíduo destinada a dominar os procedimentos, socialmente elaborados, de orientação no mundo objetal e suas transformações, procedimentos que paulatinamente se convertem em meios da própria atividade do indivíduo. (DAVÍDOV; MÁRKOVA, 1987, p. 323).

Esse modelo de ensino a distância exposto acima leva-nos a pensar como o conteúdo de aprendizagem dos escolares tem sido captado pela sua consciência de modo a que ele se converta em conteúdo de sua personalidade. A consciência, “como reflexo do mundo na dependência das verdadeiras relações vitais do sujeito, de sua existência real” (LEONTIEV, 1978, p. 212), leva-nos a à reflexão de qual é o sentido que tem para o escolar os conteúdos que vem assimilando por meio das atividades que estão sendo propostas nesse momento de pandemia, ou seja, que sentido tem para os escolares aqueles significados sociais – “conjuntos de noções de uma sociedade, sua ciência, seu idioma [...]” (LEONTIEV, 1978, p. 213) , para sua vida, sua existência.

Outro ponto relevante a ser considerado é que, para as crianças de famílias sem acesso à Internet, as dificuldades são ainda maiores, porque precisam deslocar-se semanalmente, em meio ao risco de contágio, para as escolas em busca de atividades impressas. Essas atividades, além de pouco atrativas por não oferecerem os mesmos recursos disponíveis para as atividades da plataforma, ainda são impressas em preto e branco, em formato que agrega duas páginas por folha, podendo ocasionar a diminuição do interesse das crianças e dos pais pelas atividades propostas.

O interesse por um material de estudo liga-se ao motivo pelo qual o escolar estaria com disposição para estudar e, conseqüentemente, à questão do sentido vital que tem para ele a ação a ser realizada com esse material. Se o material está inserido em uma atividade como recurso indispensável para a realização das ações que a concretizam e que se estabeleceu em função de uma necessidade do escolar e de um motivo mobilizador de seu agir, então ele terá interesse suficiente na resolução das questões por ele propostas. O escolar, nesse caso, constituiu um sentido positivo em relação ao material de estudo, ou seja, ele o sente como importante para sua formação.

Uma outra questão que está ligada ao sistema de aulas remotas é a necessidade de aplicação de avaliações bimestrais às crianças feitas sobre o conteúdo de língua portuguesa e de matemática, uma exigência do Ministério Público Estadual. Essa avaliação realiza-se de modo interativo pela via de preenchimento de Formulários Google pelos escolares. Coerente com a execução das atividades propostas para o desenvolvimento do processo de aprendizagem das crianças, o processo de avaliação recai na verificação daquilo que elas conseguiram apreender de tudo o que lhes foi fornecido em termos do conteúdo das atividades propostas.

Também os pais dos escolares – ou os responsáveis por eles – foram chamados a avaliar o ensino remoto de cada escola, independentemente do número de filhos nela matriculados, por meio de um questionário. Na escola do Sistema Municipal de Ensino a que estamos nos referindo, a maioria dos pais, 65%, pegou o questionário impresso e o devolveu na escola, e 45% dos pais responderam ao questionário pela via on-line salvando-o no Google Formulários. Houve um total de 540 pais e responsáveis por crianças de primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental respondendo a esse questionamento. Frente ao número total de alunos matriculados - 609 -, e considerando-se que muitos pais têm mais de um filho na escola, a participação dos pais nesse processo foi bastante significativa.

Os dados relativos ao acesso que os alunos conseguiram ter ao trabalho remoto proporcionado pelo Município podem ser assim expressos: 45% tem acesso às atividades online; 30% ora tem acesso online às atividades, ora retira as atividades em papel impresso na escola; 25% tem acesso às atividades em papel impresso retirando-as na escola. Há pelo menos 6 alunos que nunca pegaram as atividades e nunca fizeram prova – menos de 1% das 609 crianças da escola.

Essas porcentagens mostram que menos da metade (45%) dos pais que responderam ao questionário consegue acesso à Internet, não tendo, com isso, condições adequadas para que seus filhos se mantenham conectados à escola e seus ensinamentos. A maioria (65%) divide-se entre os que nem sempre conseguem essa conexão em vista da precariedade de seus aparelhos tecnológicos e/ou planos de Internet e aqueles que não têm condições para a compra de aparelhos celulares e/ou aquisição de planos de Internet.

Mesmo que as dificuldades de acesso à rede de Internet tenham sido relatadas pela maioria, na pergunta sobre como o ensino poderia ser melhorado, 65% dos pais assinalou a alternativa que propunha a elaboração de vídeo com gravação de aulas pelos professores e aulas por meio de aplicativos de comunicação por meio de vídeos e/ou áudios em tempo real. Essas respostas evidenciam que muitos pais já tomaram consciência de que não há aprendizagem sem o ensino, e este deve ser elaborado, organizado e ministrado por um profissional com formação para isso – os professores. Os pais expressam nelas o valor que atribuem à relação entre aluno, professor e conhecimento, que é fonte de aprendizagem, e, conseqüentemente, de desenvolvimento das funções psíquicas das crianças envolvidas no processo de formação de suas capacidades mentais cada vez mais elaboradas e mais complexas, dando-lhes condições para participar das mais variadas relações que se apresentam em sua existência como sujeitos sociais.

## **O caso de uma escola da Rede Estadual de Ensino**

Na Rede Estadual de Ensino, as ações para a organização das atividades pedagógicas remotas acontecem em dois âmbitos: um referente ao trabalho nas Unidades Escolares que diz respeito a como estas se preparam para ofertar o ensino remoto para seus alunos; e outro vinculado à administração central, que tem impacto direto sobre primeiro.

Começaremos explicitando como a organização central, na figura da Secretaria Estadual de Educação, geriu a situação da necessidade de criação de um sistema de educação remota devido ao isolamento social causado pela pandemia.

Na parte da organização administrativa, a primeira ação da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo foi o adiantamento do recesso de uma semana previsto no calendário escolar para os meses de abril e outubro, bem como o adiantamento das férias escolares de julho, cujo marco legal está na Resolução Seduc-30, de 20/3/2020, objetivando garantir tempo para organizar um sistema ou uma ferramenta que tivesse meios de ser o centro das aulas remotas.

Os marcos legais que reestruturam e reorganizam o ano letivo da Rede Estadual de Ensino são a Resolução Seduc 44, de 20/4/2020, que replaneja o calendário escolar do ano de 2020, visando à preparação do Sistema de Educação do Estado de São Paulo para as atividades de forma remota ou a distância, e a Resolução Seduc 45, de 20/4/2020, complementar à anterior, que orienta as ações para a retomada das atividades das aulas na rede estadual que oficialmente tiveram início no dia 27 de abril. A Resolução 45 cria o Centro de Mídias SP, um espaço virtual em que os professores das escolas deverão dar suporte aos alunos em eventuais dúvidas e elaborar atividades relacionadas ao conteúdo do currículo paulista. A frequência dos estudantes é monitorada pelo professor por meio da entrega das atividades às crianças e aos jovens.

O Centro de Mídias do Estado de São Paulo (CMSP), ao longo dos 30 dias de recesso dos alunos e férias dos professores, foi criado pela Secretaria Estadual de Educação (Seduc) como uma estrutura legal e física que centralizasse não só formação do professor como também os processos pedagógicos dos alunos. Trata-se de uma estrutura voltada para criação de conteúdos pedagógicos que envolve várias plataformas, como aplicativos de celular, canal no Youtube e transmissão pela televisão, mais especificamente pela TV Cultura, canal público mantido pelo Estado de São Paulo.

No site do Centro de Mídias, essa ferramenta é definida como uma ação da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo que objetiva tanto a formação dos profissionais da educação da rede estadual como também a oferta aos alunos de uma educação mediada por tecnologia, por meio de uma forma inovadora, buscando qualidade e alinhada às necessidades do século XXI.

Essa conexão se torna ainda mais necessária no período em que vivemos, com as aulas presenciais suspensas nas unidades de ensino, e os alunos e professores necessitando do nosso apoio.

Nesse espaço serão encontrados conteúdos cuidadosamente elaborados por especialistas e oferecidos por meio de tecnologias digitais.

As aulas serão transmitidas a partir de estúdios de TV instalados na sede da Escola de Formação dos Profissionais da Educação (EFAPE) e poderão ser acompanhadas, ao vivo, pelo portal do CMSP e pelos aplicativos CMSP, voltado aos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, e CMSP Educação Infantil e Anos Iniciais. As aulas poderão ser acompanhadas, ainda, pelo canal digital da TV Educação (Anos Finais e Ensino Médio), TV Univesp (Educação Infantil e Anos Iniciais).

Os conteúdos apresentados ficarão disponíveis para consulta de alunos, responsáveis e profissionais da Rede, ampliando as possibilidades de ensino e aprendizagem, fomentando a cultura digital e permitindo maior conexão entre todos. (CENTRO DE MÍDIAS, s/p, 2020).

No entanto, algumas das contradições de uma sociedade desigual ficam mais evidentes em um momento de crise sanitária como a pandemia do Coronavírus; muitos dos estudantes não têm as condições mínimas de estrutura tecnológica: falta de acesso a equipamentos, como computadores, celulares, como também falta de Internet e espaços adequados de estudos impossibilitam o processo de aprendizagem, e esse é o caso de muitos estudantes da Rede Estadual de Educação que não conseguem conectar-se ao Centro de Mídias pelas dificuldades de acesso. Mesmo o Estado tendo patrocinado dados de Internet para os estudantes e professores, o problema persiste em virtude da qualidade dos equipamentos que muitas vezes não são compatíveis com o aplicativo.

No que diz respeito às Unidades Escolares, que de maneira geral tiveram de adaptar suas dinâmicas para garantir o acesso das crianças e jovens às atividades, houve a necessidade do uso de outras ferramentas além das oferecidas pelos órgãos centrais da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Relataremos um caso específico de uma escola estadual do município de Marília, em que um dos autores desse artigo é coordenador pedagógico, para exemplificar as dificuldades apresentadas pelos pais e responsáveis na realização das atividades propostas.

Essa escola estadual do município de Marília está localizada na Zona Oeste da cidade, é uma Escola de Tempo Integral (ETI), que atende 193 crianças de seis a dez anos, ou seja, ela está voltada para crianças que estão nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, contando atualmente com oito turmas do 1º ao 5º ano. Por ser uma ETI, suas aulas se desenvolvem das 7:00 às 15:30, com a seguinte organização: das 7:00 às 11:30, as professoras polivalentes ministram as aulas da Base Comum do currículo e, no período das 12:30 às 15:30 acontecem as Oficinas Curriculares, que são ministradas por professores especialistas de diversas áreas do conhecimento.

A característica social dos estudantes foi determinante para escolha de qual ferramenta tecnológica seria utilizada para o desenvolvimento das aulas remotas devido ao isolamento imposto pela pandemia. Uma pesquisa realizada com pais e responsáveis demonstrou que 89% das famílias tem acesso à Internet, apesar de ser questionável a qualidade desse acesso,

pois a maioria dos pais relataram ter Internet pré-paga ou possuir aparelho telefônico de baixa qualidade, limitando a qualidade do acesso ao conteúdo do Centro de Mídias por exemplo, fato que faz apenas 7% dos alunos da escola assistirem às aulas pelo aplicativo da Secretaria Estadual de Educação.

Neste contexto, a escola criou como sua forma principal de relação pedagógica com os alunos, pais e responsáveis, grupos no aplicativo de mensagem do WhatsApp. Nesses grupos, são enviadas semanalmente as atividades para serem realizadas pelos estudantes. Nos primeiros meses, essas atividades eram enviadas todas no mesmo dia da semana, porém, após o final do primeiro bimestre do ano letivo foi definido que as atividades das Oficinas Curriculares e as da Base Comum seriam enviadas em dias diferentes da semana, às quartas-feiras para aquelas e às sextas-feiras para estas últimas. Essa ação foi necessária devido à contestação dos pais em relação à sobrecarga das atividades que teriam de realizar, já que muitos ainda tinham seus empregos e precisavam se dedicar o dia todo ao seu trabalho.

Outro ponto que ficou evidenciado no caso da Escola Estadual aqui relatada é que muitos dos pais e responsáveis relataram dificuldades de organização de meios para que seus filhos realizassem as propostas pedagógicas apresentadas. Entre as principais dificuldades estão a falta de organização de rotina de estudo, a recusa da realização da atividade por parte da criança, e, principalmente, a dificuldade dos responsáveis em auxiliar seus filhos no processo de aprendizagem dos diferentes componentes curriculares. Esse último fator é maior proporcionalmente nos 1º e 2º anos de escolarização, que estão vinculados ao início e consolidação do processo de alfabetização.

Mesmo com ações promovidas pela escola, como a impressão dos conteúdos a alunos que não têm acesso à Internet, e a busca ativa dos alunos que não estão realizando as atividades por meio de telefonemas e até mesmo a ida às residências, os dados do levantamento feito ao final do segundo bimestre demonstraram que as devolutivas das atividades têm ocorrido de forma sistemática para 68% do total de alunos, ou seja, 32% dos estudantes não estão, de forma frequente, realizando as atividades propostas.

No conjunto dos fatos apresentados no caso da escola estadual do município de Marília, questionamo-nos se é possível proporcionar aos estudantes nesse contexto de educação remota a realização de atividades motivadas pela real necessidade de aprender. Quais as condições objetivas para que as crianças, em suas casas, realizem ações necessárias para apropriação dos conhecimentos essenciais para o seu desenvolvimento?

## Considerações Finais

Apesar das dificuldades de implementação das políticas educacionais em um cenário de profundas diferenças e dificuldades de acesso às tecnologias digitais em que as desigualdades sociais se acentuam nos períodos de isolamento e em um cenário de crise sanitária e econômica devido à pandemia da Covid-19, evidencia-se que, nos processos educativos, mesmo em tempos de isolamento social, o professor é a figura central de organização, sistematização e de condução intencional do processo de ensino-aprendizagem.

Tal fato fica demonstrado, por exemplo, quando um número considerável de famílias participantes do processo de ensino remoto, no primeiro semestre de 2020, por meio de atividades com tutoriais postadas em plataforma municipal, aponta como modo de garantir a aprendizagem de suas crianças ou de seus tutelados a elaboração de vídeo com aulas gravadas pelos professores e aulas por meio de aplicativos de comunicação por meio de vídeos e/ou áudios em tempo real.

Neste contexto, fica reforçada a tese de Vigotski de que não há ensino sem as trocas verbais das crianças com seus interlocutores com mais experiência, uma vez que as funções psíquicas superiores aparecem duas vezes no percurso do desenvolvimento da criança: a primeira vez, nas atividades coletivas, nas atividades sociais – como funções intersíquicas; a segunda, nas atividades individuais, como propriedades internas do pensamento das crianças – como funções intrapsíquicas (VIGOTSKII, 1988).

É na relação entre aluno, professor e conhecimento que se tem a fonte de aprendizagem, e, conseqüentemente, de desenvolvimento das funções psíquicas superiores das crian-

ças, que tornam suas capacidades cada vez mais elaboradas para participar das mais variadas relações sociais. O professor é, nessa relação, um ator fundamental para a condução do processo de ensino–aprendizagem, pois é ele que de forma sistematizada e intencional promove os intercâmbios verbais e conceituais fundamentais para apropriação dos conhecimentos pelos alunos e seu consequente desenvolvimento como personalidade.

Com sua intervenção, regula-se o processo de aprendizagem da criança, que engendra a zona de desenvolvimento proximal, fazendo com que a criança ative seus processos internos e estabeleça inter-relações com outros, para que possa continuamente se manter desenvolvendo e convertendo as aprendizagens em suas apropriações internas.

O ensino remoto anula a possibilidade do estabelecimento desses processos interativos como meios de formação de sujeitos humanizados e humanizadores, dado que cada sujeito está isolado em sua própria casa, e, por mais que os alunos possam estabelecer conversações com os demais colegas e com o professor, em situações como as de salas virtuais, os veículos de educação a distância nunca substituem a qualidade das relações interpessoais estabelecidas de modo presencial.

Entretanto, dentre tantos problemas enfrentados pelas escolas, há ainda o fantasma do ensino a distância para o período de pós-pandemia, um formato de ensino tão valorizado pelas autoridades governamentais educacionais, que já foi elencado até mesmo como uma promessa de campanha do atual presidente do Brasil. Desde que a pandemia se instalou no país, as instituições de ensino foram orientadas para o uso, em ampla escala, das ferramentas de tecnologia educacional a distância, como por exemplo as plataformas e ambientes virtuais de ensino, para garantir os processos pedagógicos tanto de ensino quanto de aprendizagem. Como bem afirma Faria,

Em meio a atual crise do sistema capitalista, agora agravada pela crise sanitária mundial trazida à tona pela pandemia da Covid-19, um dos impactos gerados no âmbito educacional é o aumento vertiginoso da pressão no setor público e privado pela implantação da EaD em praticamente todos os níveis da educação básica e superior. (FARIA, 2020, p. 2).

Por todas as implicações do distanciamento dos alunos em relação aos professores e a seus colegas, ocasionado pela forma de interação que não possibilita o trabalho coletivo, mas, ao contrário, institui o isolamento de cada aluno em sua casa, sabemos quão prejudicial essa forma de condução do processo de ensino-aprendizagem é para a realização, pelas crianças, de processos que regulam o desenvolvimento das suas funções psicointelectuais superiores formadas em meio às relações sociais presenciais.

O fortalecimento do ensino a distância no período pós-pandemia tem grandes chances de dificultar a aprendizagem da criança, condição para que ocorram as mudanças qualitativas no psiquismo dos escolares, convertendo as aprendizagens em apropriações internas e em objetivações externas.

## Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Primeira morte por covid-19 no Brasil aconteceu em 12 de março**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/primeira-morte-por-covid-19-no-brasil-aconteceu-em-12-de-marco>. Publicado em 28 jun 2020. Acesso em: 06 set. 2020.

BRASIL, Lei no. 14.040/2020, de 18 de agosto de 2020. 2020b. **Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.040-de-18-de-agosto-de-2020-272981525>. Acesso em 06 set. 2020.

BRASIL. **Corona Vírus Brasil**. 2020a. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> Coronavírus Brasil. Acesso em 06 set. 2020.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). **Coronavirus**. Disponível em: <https://www.cdc.gov/coronavirus/index.html>. Acesso em: 27 jun. 2020.

DAVÍDOV; MÁRKOVA, A. K. La concepción de la actividad de estudio de los escolares. In: **La psicología evolutiva y pedagógica en la URSS**. Antología. Moscú: Editorial Progreso, 1987. p. 316-337.

FARIA, H. S. O avanço da Covid-19 e o isolamento social como estratégia para redução da vulnerabilidade. **Espaço e Economia**, [Online], ano 9, n. 17, p. 1-11, 2020. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/espacoeconomia/11357>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

FRANÇA FILHO, A. L.; ANTUNES, C. F. A., COUTO, M. A. C. ALGUNS Apontamentos para uma crítica da Ead na Educação Brasileira em tempos de pandemia. **Revista Tamoios**, [S.l.], v. 16, n. 1, maio 2020. ISSN 1980-4490. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50535>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

LEONTIEV, A. N. **Actividad, conciencia y personalidad**. 2.ed. Buenos Aires: Ediciones Ciencias Del Hombre, 1978.

PEBMED – PORTAL. **Coronavírus**: tudo o que você precisa saber sobre a nova pandemia. Atualizado em 03. 09. 2020. Disponível em: <https://pebmed.com.br/coronavirus-tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-nova-pandemia/>. Acesso em: 06 set. 2020.

SÃO PAULO (Estado). **Centro de Mídias/ SP**. Disponível em: <https://centrodemidiasp.educacao.sp.gov.br/o-que-e-o-centro-de-midias/>. Acesso em: 21 set 2020.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 64.862, de 13 de março de 2020, alterado pelo Decreto nº 64.864, de 16/3/2020. **Homologação do Ensino a distância**. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/destaque-home/confira-decretos-e-resolucoes-de-educacao-implementados-durante-pandemia/>. Acesso em: 21 set. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação. **Deliberação no 177/2020**, de 19 de março de 2020. Disponível em: <https://cesu.cps.sp.gov.br/deliberacao-cee-177-2020-de-19-03-2020/>. Acesso em 10 set 2020.

SME. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARÍLIA. OLIVEIRA, Karina Carrião Gomes de. **Comissão educacional de gerenciamento da pandemia da COVID-19**: elaboração de protocolo de retorno às aulas presenciais. Marília-São Paulo, 14 de ago. 2020.

UOL. **Covid**: Brasil registra 619 novas mortes em 24 h e chega a 121.515 óbitos... disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/08/31/covid-19-mortes-casos-31-agosto.htm>. Acesso em: 06 set. 2020.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VIGOTSKI, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKII, L.S., LURIA, A.R., LEONTIEV, A.N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone/EDUSP, 1988. p. 103-117.

VIGOTSKI, L. S. Génesis de las funciones psíquicas superiores. In: VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas** (Incluye Problemas del desarrollo de la psique). 2. ed. Madrid: Visor, 2000 (vol. III).

Recebido em: 30 de setembro de 2020.

Aceito em: 14 de outubro de 2021.